

# A FIGURA FEMININA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A AMAZÔNIA COLONIAL PORTUGUESA\*

## THE FEMALE FIGURE IN THE HISTORIOGRAPHY OF COLONIAL PORTUGUESE AMAZON



LAÍS RODRIGUES BIER DA SILVA<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a historiografia produzida nos últimos 20 anos sobre as mulheres na Amazônia Colonial portuguesa. Com o avanço do tempo e o surgimento de novas questões do presente, a historiografia apresenta novas perguntas e amplia seu campo de temas e metodologias no campo da História das Mulheres. A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em seu texto “Caminhos da história das mulheres no Amazonas” relembra que a contribuição de pesquisadores brasileiros para a história das mulheres se inicia a partir da década de 1980 possibilitando, a partir daí, o desdobramento de variados campos para pesquisa e contribuição historiográfica que antes não viam na figura da mulher uma possibilidade de representação. É essa uma das almejadas finalidades do trabalho: compreender a mulher como elemento importante no contexto da Amazônia Colonial Portuguesa e de que forma são construídas as narrativas sobre essas mulheres em obras mais recentes.

**Palavras-chave:** Historiografia da Amazônia Colonial; História das Mulheres.

### Abstract

The aim of this research is to analyze the historiography produced in the last 20 years on women in the colonial Portuguese Amazon. With the passage of time and the emergence of new issues in the present, historiography is asking new questions and expanding its range of topics and methodologies in the field of women's history. The historian Maria Luiza Ugarte Pinheiro, in her text "Caminhos da história das mulheres no Amazonas" (Paths of Women's History in Amazonas), recalls that the contribution of Brazilian researchers to women's history began in the 1980s, allowing the development of different fields of research and historiographical contributions that previously did not consider the figure of women as a possibility for representation. This is one of the objectives of this work: to understand women as an important element in the context of Portuguese colonial Amazonia, and how narratives about these women are constructed in more recent works.

**Keywords:** Historiography of colonial Amazonia; Women's history.

---

\* Esta pesquisa é resultado de um projeto de iniciação científica que foi realizado entre agosto de 2022 e agosto de 2023.

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [lais.silva@ufam.edu.br](mailto:lais.silva@ufam.edu.br).



## INTRODUÇÃO

A História Cultural, referenciada por Burke como “a Cinderela entre as disciplinas” (Burke, 2021, p.7), é uma abordagem historiográfica que assume uma grande força nas últimas décadas do século XX, entre os anos 70, e que provoca mudanças significativas nos domínios da História. A História Cultural emerge com maior veemência após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a chamada “crise dos paradigmas”. Sendo o século XX conhecido como “a era dos extremos”, bem como define Hobsbawn (1917-2012) em sua célebre obra, mudanças no fazer historiográfico foram sentidas a partir do momento em que se percebe que as formas utilizadas até então para escrever a história não eram suficientes. Se outrora era crível a possibilidade da existência de uma história globalizante, com modelos explicativos gerais para o mundo como um todo, a crise das certezas na Clio surge ao final do século XX para cobrar uma revisão da então historiografia produzida, tendo seu foco na Escola dos Annales e na Escola Marxista. Também chamada de Nova História Cultural, essa abordagem historiográfica que retorna com uma “repaginada” em suas estruturas, trabalha com um novo olhar a respeito da história, sobretudo da História da Cultura. Abandonando a era das certezas, dos modelos rígidos e acabados do produzir historiográfico, a Nova História Cultural preocupa-se em “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (Pesavento, 2003)<sup>2</sup>.

Um dos problemas enfrentados neste artigo, no processo de pesquisa historiográfica, foi coletar obras especificamente dedicadas à figura feminina na Amazônia Colonial. Essa ausência de produções historiográficas sobre a mulher com o recorte temporal da Amazônia portuguesa dos séculos XVII e XVIII é um desafio para a historiografia amazonense, como acusa a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro sobre as dissertações do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Nenhuma delas aborda o tema de gênero na Amazônia Colonial até o atual momento da aplicação de seu texto (Pinheiro, 2020, p.223). Pinheiro relata que os estudos sobre gênero em temporalidades posteriores ao período colonial e imperial estão vinculados também ao trabalho, isso porque as abordagens e referenciais teóricas em maior densidade no contexto amazonense são o marxismo e a História Social<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Neste momento em seu texto, Pesavento aborda o conceito de cultura proveniente do antropólogo Clifford Geertz. O significado de cultura para Geertz passa a ser utilizado por muitos historiadores da cultura e segue influenciando diversos estudos até trabalhos mais recentes.

<sup>3</sup> Ver mais em Pinheiro, 2020, p. 235.



As possibilidades e disponibilidades de fontes para análise crítica aqui proposta estão em obras que possuem apenas capítulos dedicados à mulher ou que permitem o acesso ao tema. Artigos, publicações em anais de História, teses e dissertações possuem o maior número de produções com um campo delimitado em torno da figura feminina. Será importante também para o trabalho acompanhar a sofisticação dos estudos historiográficos que partiram de uma análise sobre a história das mulheres e passaram, no final do século XX, a se preocupar também com os estudos de gênero, como uma categoria de análise histórica. Rachel Soihet apresenta, em “História das Mulheres”, como ocorreu o desenvolvimento das pesquisas sobre a história das mulheres no Brasil. A historiadora revela por meio de seus estudos que “o desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino” (Soihet, 1997, p. 276). Entende-se também, através de seu texto, que não foi somente o avanço desses novos campos que possibilitaram um progresso nas pesquisas sobre a mulher, mas também as questões políticas do feminismo ocorridas na década de 1960, onde ocorre a reivindicação por uma história na qual as mulheres também participassem e que fossem criados grupos de estudos em universidades voltados para estudos sobre a mulher. Ainda sobre essas reivindicações, Soihet completa:

Tais estudos estenderam-se, ainda nos anos 70, a outras partes da Europa e do mundo, incluindo o Brasil. Esse reconhecimento, no entanto, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental da história (Soihet, 1997, p. 277).

O papel da mulher na sociedade passa a ser percebido então como fundamental para compreensão de um período histórico, desde que o pesquisador não olhe para a figura feminina buscando apenas dois aspectos, o da vítima ou o da rebelde. Deve-se então buscar compreender os diferentes papéis exercidos por mulheres em diversos campos do espaço social, entendendo que suas identidades são construções sociais que ocorrem de maneiras diferentes quando observadas por distintas perspectivas de classe, etnia ou sexualidade.

É a partir dessa percepção que surge a questão do gênero, um conceito próprio das ciências humanas usado para compreender como as identidades são construídas culturalmente. Os estudos que buscam compreender as relações sociais de gêneros são um campo interdisciplinar de pesquisa, por isso, historiadores, sociólogos e antropólogos trabalham também com a pesquisa sobre as representações simbólicas atribuídas ao feminino e ao masculino. Os estudos de gênero e estudos sobre a história das mulheres estiveram muito aproximados no final do século XX por conta dessa análise categórica



para a historiografia, porém os estudos de gênero avançaram para questões que iam além do que era socialmente concebido como masculino e feminino e passou a estudar também outras identidades socialmente estruturadas ao longo dos anos. Considerei importante trazer essa distinção, pois haverá a análise de um artigo onde a categoria de gênero sobre mulheres feiticeiras na colônia é discutida. Mary Del Priore em seu livro “A mulher na História do Brasil” (1994) alerta a importância de compreender a dominação de gênero na colônia, nos estudos historiográficos.

A proposta de relacionar os debates presentes nas mudanças historiográficas ocorre pela necessidade de entender a problemática social que é constituída no campo das mentalidades para a produção do tema trabalhado. Mary Del Priore em seu capítulo “História das mulheres as vozes do silêncio”, presente no livro “Historiografia brasileira em perspectiva” (2001) organizado por Marco César de Freitas, explora a abordagem da história das mulheres e se torna referência para as próximas gerações de historiadores que queiram produzir uma historiografia voltada para a história das mulheres a partir da historiografia brasileira.

Os estudos sobre a mulher, seu papel e sua representação se fazem necessários em qualquer recorte temporal proposto, porém há ainda nas produções mais recentes uma ausência de trabalhos dedicados ao período colonial nas delimitações da Amazônia. Desde a década de 1990 até os dias atuais foram apenas 30 anos em que a historiografia passou por renovações de métodos e matrizes discursivas nas quais a história das mulheres tentou se estabelecer frente à dificuldade de fontes e referenciais teóricos, fazendo com que trabalhos como este busquem – em diferentes fragmentos – uma forma de compreender da melhor maneira possível os campos em que se construíam as identidades dessas mulheres do passado colonial na Amazônia Portuguesa. Retratando de melhor maneira o cenário historiográfico que encontrei, não se trata apenas de uma ausência de fontes onde vozes femininas estejam em primeiro plano ou sendo as narradoras de suas agências, mas principalmente de pensar as causas de se terem tão poucos trabalhos voltados à História das Mulheres.

A metodologia utilizada para realizar este estudo partiu de uma análise e mapeamento das produções historiográficas sobre o tema proposto, cujo critério para seleção das fontes foi a busca por textos na forma de livros, artigos, publicações em eventos, dissertações e teses. A pesquisa desta produção historiográfica foi feita por meio da análise discursiva dos textos considerando a forma de abordagem dos temas, as escolhas teórico metodológicas dos autores, suas filiações e outras matrizes discursivas e



historiográficas. O objetivo foi também buscar uma categorização possível da historiografia sobre o tema, ao mesmo tempo buscou-se sua dimensão quantitativa e os vínculos institucionais dos autores analisados. Para isso, utilizei as abordagens de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica no livro “A escrita da história” (Certeau, 2020). A metodologia foi baseada, portanto, numa análise discursiva dessas produções historiográficas inserindo-as no campo intelectual. Além disso, foi estabelecida uma análise comparativa entre os textos buscando suas semelhanças e diferenças a partir de suas abordagens teóricas e metodológicas.

Pretendo apresentar todo o processo metodológico desta pesquisa pelo fato de que no futuro, outros pesquisadores em suas primeiras experiências possam compreender o caminho trilhado para trabalhar a historiografia como fonte. Portanto, mostro que esta pesquisa teve alguns núcleos de análise para chegar ao momento de crítica aos trabalhos sobre a história das mulheres. Em primeiro lugar afirmo que este trabalho é uma análise historiográfica, cuja principal fonte são as obras já produzidas por historiadores e sendo assim, o caminho inicial a ser trilhado metodologicamente é realizar uma revisão bibliográfica no que diz respeito à historiografia como fonte. Após essa etapa realiza-se a escolha de um tema com espaço e tempo elaborados e delimitados. A partir daí será necessária outra revisão bibliográfica sobre o tema escolhido, buscando mapear nessas leituras quais são os historiadores, teorias, problematizações e abordagens historiográficas mais apresentadas, pois é no agrupamento dessas informações que podemos visualizar quais matrizes historiográficas estão sendo amplamente discutidas, nos gerando, assim, uma compreensão maior da operação historiográfica das obras que serão escolhidas para trabalhar.

### **Representações femininas e seus papéis sociais na colônia: análise da produção historiográfica.**

Com a abertura de novos campos de pesquisa histórica através da história cultural, o interesse pela pesquisa da história das mulheres garantiu mais espaço dentro do debate historiográfico. Porém, ainda assim, o interesse pelos estudos exclusivos sobre as mulheres é relativamente novo, pois embora seja analisado seu papel em algumas obras, ele sempre está inserido em um objeto de pesquisa onde a história das mulheres é apresentada apenas como um tópico e não como o núcleo da pesquisa. Tomemos como exemplo as pesquisas sobre o Santo Ofício, nelas a mulher é um dos elementos que fazem parte da composição total de elementos que resultam em uma pesquisa cujo núcleo é o estudo da religiosidade.



Por uma questão conceitual, adianto o que quero dizer com “representações femininas” e “papéis sociais na colônia”, como estão destacados no título desse tópico como objetivo. Ao falar em representações femininas, estou me referindo a forma como o historiador aborda e insere as mulheres na historiografia que está produzindo, me refiro a narrativa estabelecida a partir da questão problema que o historiador lança à fonte. Sobre os “papéis sociais na colônia” estou me referindo a tentar identificar qual lugar na sociedade colonial essa mulher que está sendo representada ocupa, ou seja, ela é uma trabalhadora, uma escravizada, uma liderança importante? Busco, portanto, identificar cada fragmento do trabalho que direcione o texto para uma produção realmente voltada à História das Mulheres e as possibilidades de análise que estão sendo realizadas e que ainda podem ser exploradas.

Tendo em vista que poucos são os trabalhos em que a mulher é o núcleo da pesquisa, as fontes historiográficas utilizadas neste trabalho, serão somente aquelas em que ela é o foco da análise. As outras obras que, como já foi citado, apresentam a figura feminina como um tópico em sua composição, serão utilizadas como referências bibliográficas para este artigo resultante de uma pesquisa de iniciação científica. A maior parte desse referencial bibliográfico é um denominador comum nos artigos, capítulos de livros, teses e dissertações que serão utilizados como fonte. Consistem em uma espécie de matriz discursiva sobre o período colonial e serão brevemente discutidas conforme forem realizadas as análises de cada texto. Procura-se também, nesta pesquisa, destacar os métodos e objetivos de cada texto discutido, na medida em que for possível identificá-los. Compreende-se que o processo que Certeau nomeia de “Operação Historiográfica” é fundamental para compreender como uma pesquisa se estabelece no campo historiográfico, quais processos teóricos e metodológicos o trabalho utiliza para construir uma história da mulher, ou das mulheres. Sobre a operação histórica, Certeau diz (Certeau, 1982, p. 65):

Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.

Também sobre a produção da História e o lugar de onde ela é feita, Certeau conclui:

O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma



fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma "realidade" passada. É o produto de um lugar (Certeau, 1982, p. 72).

Seguindo o pensamento de Certeau sobre o lugar de onde a História é feita e alinhando às fontes coletadas neste trabalho, pode-se destacar primeiramente que um forte coletivo de estudos sobre a história das mulheres na Amazônia colonial está concentrado na Universidade Federal do Pará (UFPA). O que ocorre é que grande parte desse trabalho quando avaliado em conjunto, o local da sua publicação, os historiadores que o escrevem e a instituição em que estão conectados, apontam para a UFPA. Podemos verificar também que um historiador em especial, o Professor Doutor Karl Heinz Arenz<sup>4</sup>, tem seu nome em variadas publicações em conjunto sobre a história das mulheres que compõem as fontes dessa pesquisa.

O primeiro texto analisado é de autoria de Luma Ribeiro Prado<sup>5</sup>, intitulado “Petitionerárias: demandas de mulheres cativas na Amazônia colonial Portuguesa (século XVIII)”. Trata-se de uma publicação feita para uma comunicação no Seminário Internacional “Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress”. O estudo apresentado no seminário faz parte da dissertação de mestrado (2019)<sup>6</sup> de Prado, que investiga a história colonial da Amazônia. A autora apresenta os pedidos de liberdade apresentados aos tribunais das Juntas das Missões, realizados por mulheres indígenas, e se dispõe a lançar hipóteses “a respeito de algumas das circunstâncias concretas de suas vidas como trabalhadores e trabalhadoras escravizados na Amazônia dos setecentos”. (Prado, 2017, p.3).

É evidente no trabalho o interesse da autora em perceber e buscar entender o fato de que nas análises dos documentos de petições a maioria dos peticionários eram mulheres, dessa forma, ela busca na historiografia obras que confluem para essa mesma percepção da ação das mulheres peticionárias. Dando esse passo na busca historiográfica

<sup>4</sup> Na última busca é constatado que é professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), no campus da capital Belém, sendo credenciado na Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. É dotado de experiência na área de História Colonial da Amazônia, com enfoque nos temas etnogênese, mediação cultural, agências indígenas, aldeamento jesuítico, e vida cotidiana.

<sup>5</sup> Mestra (2019) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela (2013) e licenciada (2014) em História pela mesma instituição.

<sup>6</sup> PRADO, Luma Ribeiro. **Cativos litigantes: demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa, 1706-1759.** 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.de-19122019-162652. Acesso em: 2023-02-11.



sobre as petições por liberdade indígena, a autora encontra nos estudos de David Sweet (1987) e Márcia Mello (2005) investigações referentes aos litígios por liberdade realizados por indígenas e seus descendentes. Prado parte para a análise da evidente diferença de gênero entre os peticionários, diferença que foi destacada por Márcia Mello, visto que nos estudos de Sweet, realizados na década de 1980, não havia o conhecimento de fontes suficientes que apontassem para a trajetória de mais peticionárias, sendo o caso da índia Francisca tratado como “um caso excepcional”. Segundo Prado:

A historiadora da UFAM nos diz que: “Até o presente momento de nossa investigação, de um total de 26 indicações de Processos de Liberdade, 28 envolviam mulheres e apenas 10 citavam homens; e de 29 Petições e Requerimentos dos quais encontramos referenciais, as mulheres apareciam em 20 deles e os homens em 9” (Mello, 2005, p.1). (...) Seguindo o rastro deste indício notado por Márcia Mello, procedemos com a análise documental, assinalando a diferença de gênero entre os peticionários. Este caminho tem se mostrado produtivo para entender um pouco mais das condições de sobrevivência e resistência de mulheres e de homens escravizados naquele contexto (Prado, 2017, p.5).

Observa-se no texto que a função de denunciar situações de cativo, de requerer liberdade para si e para seus filhos, a fim de exigir que a Lei de Liberdade de 1755 fosse cumprida revela que essas mulheres trabalhadoras tinham conhecimento dos dispositivos jurídicos que regiam a colônia nos setecentos. Ao entender que as mulheres tinham conhecimento e agiam em prol de melhores condições de trabalho na colônia, que denunciavam a escravidão disfarçada, a autora lança hipóteses que alcancem o entendimento das condições em que não só essas mulheres, mas como os demais denunciantes estavam sujeitos. Ela propõe que o fato dessas peticionárias viverem aproximadas das cidades, onde estavam os Tribunais, aumentasse a possibilidade de requerimento do cumprimento das ordens da Coroa.

Olhar para os perfis de gênero e as hipóteses lançadas sobre eles, conforme o texto apresenta, é o início de uma abertura ainda maior para novas questões historiográficas. Por exemplo, quando a autora sugere que o número elevado de mulheres peticionárias poderia ocorrer por elas estarem buscando liberdade para seus filhos e parentes. Foi possível identificar mulheres exercendo importantes funções e trabalhos diferentes, a partir do texto de Prado. Não se pode esquecer também que, ao descrever parte de seus métodos para pesquisa dessas petições, a autora revela que pelo fato das fontes serem as ações por liberdade dos sujeitos nos tribunais, é difícil entender o campo em que essas mulheres estavam inseridas antes de iniciarem seus pedidos por liberdade. Por se tratar de parte de uma pesquisa da história social sobre “cativos litigantes” é perfeitamente



compreensível que esse recorte em torno do gênero não seja tão profundo e não apresente uma grande projeção da história das mulheres. Entretanto, é o suficiente para indicar que se buscássemos entender o motivo pelo qual o número de mulheres peticionárias é superior ao de homens, seria um grande passo para a historiografia e a compreensão dos jogos de poder espalhados pela Amazônia colonial, além de outras possibilidades de pesquisa.

O segundo trabalho analisado aqui é um artigo de autoria de Karl Heinz Arenz e Stefanie Leão Gaia<sup>7</sup>. Publicado em 2019 e intitulado “Mulheres indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia Portuguesa (séculos XVII-XVIII)”, no qual busca analisar a atuação das mulheres no mundo colonial em construção, utiliza-se também de uma historiografia recente sobre a História cultural da Amazônia na metodologia da pesquisa, visitando obras do próprio Professor Arenz, da UFPA e do Professor Almir Diniz de Carvalho Júnior da Universidade Federal do Amazonas<sup>8</sup>. A fonte para as análises de cinco aspectos que envolvem a atuação das mulheres no cenário de missões e aldeamentos foram escritos redigidos por padres inacianos. Os cinco aspectos citados são relacionados à sexualidade feminina, ao casamento cristão, aos trabalhos desenvolvidos por estas mulheres na colônia, aos processos de mediação cultural que mulheres faziam parte e, por fim, às relações de poder em que estas mulheres estavam inseridas.

Os escritos missionários são analisados em um diálogo aproximado com o conceito de discurso para Michel Foucault. Isso ocorre, pois os autores compreendem que por se tratar de escritos de uma instituição religiosa com o discurso moralizador. Esses escritos jesuíticos narravam as ações das mulheres de acordo com os parâmetros que os mesmos tinham de “moral”. O cotidiano de mulheres indígenas passa então a ser observado e referido a partir de concepções cristãs, aparecendo nitidamente em partes da pesquisa. Ainda assim é possível observar as experiências dessas mulheres agindo dentro desse campo compartilhado entre indígenas e missionários, conscientes de suas identidades e das conexões que precisam desenvolver dentro do mundo colonial. O artigo tem como ambientação e foco esse círculo de alterações sócio simbólicas que ocorreram durante o complexo processo evangelizador que necessitou de muitas negociações entre homens e mulheres indígenas e colonizadores e missionários. Sobre a forma como foram

---

<sup>7</sup> Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará.

<sup>8</sup> Os autores dialogam constantemente com o texto: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do Norte (séculos XVII e XVIII). Revista de História, São Paulo, n.168, p. 69-99, jan./jun. 2013.



expostas nos escritos dessas mulheres, os autores comentam que os missionários tinham objetivo de retratá-las como influentes entre os indígenas e por outro lado como obedientes para com os religiosos. Nas palavras dos próprios autores:

Ao que tudo indica, dentro do processo da catequização e aldeação, essas agentes souberam ressignificar seus status tanto perante os missionários quanto diante dos próprios índios. De outro lado, os missionários tiveram um interesse evidente em apresentar uma imagem dupla dessas mulheres: de um lado, como poderosas e influentes entre os índios e, de outro, maleáveis obedientes no trato com eles, os religiosos (Arenz; Gaia, 2019, p.409).

Diferente do trabalho de Prado, que trata de uma questão mais voltada para o trabalho e tem como fonte as ações de liberdade, aqui as fontes permitem penetrar ainda mais no cotidiano e visualizar as ações indígenas, pois os escritos mostram as ações tomadas pelos missionários em relação aos aldeamentos e as reclamações que faziam. Os documentos também mostram que havia trocas de experiências entre os missionários em outras províncias. Ainda assim, os autores apontam no texto um tópico especialmente destacado para falar sobre os trabalhos exercidos por mulheres na colônia e como eles seguiam organizações baseadas em idades, havendo ofícios distribuídos desde os sete anos de idade. As questões relacionadas aos trabalhos exercidos por mulheres na colônia, desde as tarefas domésticas até suas funções em guerras ou nas aldeias quando homens estavam fora por diferentes motivos, seriam suficientes para uma pesquisa ainda maior ou mais detalhada do que as pesquisas de iniciação científica.

Quanto à sexualidade da mulher indígena, os autores destacam que nas fontes elas eram constantemente descritas como perigosas para os irmãos na fé, pois eram “de se entregarem facilmente” e que o hábito de andarem nuas incomodava religiosos que passaram a recomendar que conforme fossem evangelizadas, deveriam comparecer às missas com vestimentas adequadas. A medida era menos pela segurança das mulheres do que pela virtude dos missionários. Em muitas das recomendações para mulheres que transitavam entre os diferentes campos simbólicos, quem mais se beneficiavam eram os missionários quando mulheres mais velhas e mais respeitadas levavam para as aldeias o apoio à catequese ou quando iam para aldeamentos exercerem atividades que beneficiariam senhores na colônia. A pesquisa dos autores nos permite vislumbrar as ações de mulheres em diferentes casos, não ocorre no trabalho generalizações que ocultem casos específicos, como por exemplo, de mulheres indígenas que se opunham à influência cristã, mesmo quando a maioria é representada em concordância. A mulher indígena na colônia após o contato com os missionários – momento em que a pesquisa se desenrola – passa a ter que seguir o modelo cristão de mulher, seguindo ordens para um



matrimônio cristão, mas que nem sempre obedecia, pois adequavam suas vivências e tradições ao processo evangelizador. Não se separa também no texto a análise historiográfica da história das mulheres do fato de que as ações de catequese também visavam sua “captura” para o mundo colonial, através de casamentos e comportamentos que as adequassem para tal campo. Esse processo ocorreu sempre em via dupla, com investidas e recuos tanto dos missionários quanto de indígenas na composição desse campo com diferentes hábitos.

“Identidades de gênero, práticas mágico-religiosas e Inquisição na Amazônia Colonial (1763-1773)” escrito por Marcus Vinicius Reis<sup>9</sup> é o último texto até aqui analisado e trata-se do capítulo 16 do livro “Igreja e Religiosidade na Amazônia Colonial” (2021).<sup>10</sup> Nele, Reis adota a categoria de gênero como construção de identidades para as feiticeiras na Amazônia colonial, ele destaca: “Portanto, é essencial considerar o gênero como uma identidade subjetiva, pois nem sempre, homens e mulheres cumprem literalmente os papéis socialmente destinados ou mesmo os que são previstos pelas categorias analíticas até então em vigor” (Reis, 2019, p. 357).

O autor expressa em seu texto que as relações de poder, o poder religioso procurou normatizar o corpo e o cotidiano das mulheres, causando um problema para a identidade delas, pois o que a Igreja passou a retratar, com o histórico de caça às bruxas já existentes na instituição, foi uma imagem do que seria o modelo “correto” do feminino ou o modelo “errado”, o pecaminoso. Entretanto, como ressaltado por autores como Mary Del Priore, esse modelo ideal do feminino na colônia era raramente passível de se tornar concreto conforme todas as normatizações da Igreja.

Como destacado anteriormente, tratamos de história *das mulheres*, pois podem ser múltiplas as situações e espaços em que elas são citadas. No caso de Reis, ele trata das mulheres feiticeiras e utiliza o gênero como categoria para analisar a identidade delas, visto que a simples dualidade de homem e mulher enquanto gênero não dá conta de desenvolver uma análise profunda sobre essas mulheres que não seguiam a moralidade cristã que lhes era imposta. Ele dialoga constantemente com autoras como Judith Butler e Joan Scott, trazendo as questões da problemática do gênero na análise histórica através de seus estudos. O texto apresenta mais uma proposta de reflexão e possibilidades de

---

<sup>9</sup> Professor de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Integra o programa de Pós-Graduação em História da UNIFESSPA na área da História e Cultura na Amazônia.

<sup>10</sup> ARENZ, Karl Heinz. LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda. (org.). Igreja e Religiosidade na Amazônia Colonial. São Paulo: Livraria da Física, 2021.



investigação para a história de mulheres feiticeiras do que um resultado a ser imposto diante da questão levantada. O papel do Santo Ofício é amplamente abordado uma vez que é a Instituição que recebe as acusações contra essas mulheres, que detém um poder e que influencia a vida, as práticas do cotidiano, e que exerce um papel moralizador dos comportamentos, seja através do medo ou de outras dinâmicas na colônia. As principais fontes utilizadas pelo autor foram livros de denúncias e confissões da visitação de 1763.

### **Matrizes discursivas e a influência na constituição dos trabalhos sobre a figura feminina na Amazônia colonial.**

Os autores das três fontes citadas até aqui advêm de um campo historiográfico densamente compartilhado referente aos estudos do período colonial, seja na Amazônia ou no restante do Brasil. Observamos o caso do último trabalho citado, de Marcus Reis. Além das fontes, ele recorre aos historiadores que trabalham o campo das práticas mágico-religiosas e o poder da Igreja na América Portuguesa, autores como Yllan de Mattos, Maria Olinda, Almir Diniz, Ronaldo Vainfas, além das já citadas estudiosas de gênero. Em suas palavras, Reis afirma buscar: “defender que a feitiçaria lhes serviu como instrumento de reconhecimento social e como sustentação para as denúncias e processos resultantes dessa visitação, tornando-se aspecto fundamental para a construção das suas identidades de gênero como mulheres feiticeiras”. (Reis, 2019, p.247).

Reis possui também um livro publicado em 2019 sobre história das mulheres no século XVI<sup>11</sup>. Foi a partir da leitura deste livro que surgiu o interesse para a fabricação do projeto desta pesquisa, pois o livro proporciona um estudo voltado diretamente para a figura feminina, as relações de gênero e práticas mágico-religiosas a partir da primeira visitação do Santo Ofício à América Portuguesa. O trabalho desenvolvido pelo historiador reúne nomes como Francisco Bethencourt, Laura de Mello e Souza, Anita Novinsky, Mary Del Priore, Ronaldo Vainfas, Yllan de Mattos, entre muitos outros, para qualificar um trabalho atualizado e com importantes referenciais da historiografia do período colonial. É uma obra recente, com uma proposta inovadora, um trabalho cuja importância para a historiografia pode ser observada a partir dessa própria pesquisa, que visa mapear as obras sobre as mulheres no espaço da Amazônia colonial, compilando e destacando as diferentes abordagens que podem ser feitas. O livro, entretanto, alcança objetivamente o século XVI e as capitanias da Bahia e de Pernambuco, não sendo uma obra voltada

<sup>11</sup> REIS, Marcus Vinicius. Descendentes de Eva: práticas mágico-religiosas e relações de gênero a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595). Curitiba: CRV, 2019.



especificamente para a Amazônia Portuguesa. Deve-se frisar que as capitanias do Brasil colônia possuem diferenças para com as da Amazônia e que por isso existe um cuidado ao tratar a história das mulheres e suas diversas agências nesses espaços separados, pois possuem processos de formação diferentes. Não se trata de uma questão que pode ser resolvida nesse espaço, mas que vale a pena ser citada para futuras reflexões e quem sabe futura pesquisa também.

Destaca-se aqui a UFPA como um núcleo crescente de pesquisas sobre a história das mulheres, pois o livro cujo capítulo foi extraído para esta análise é uma organização onde diversos historiadores apresentam suas pesquisas sobre temas voltados para Amazônia visando contemplar como as diferentes configurações sociais se estabeleceram na colônia. Um exemplo é o texto de Marília Cunha Imbiriba dos Santos<sup>12</sup> (2021) sobre casamentos na colônia<sup>13</sup>, em que a autora aborda a relação de familiares e o Santo Ofício, abrindo caminho para conhecer e entender mais sobre os casamentos que ocorriam na Amazônia Portuguesa a partir dos documentos sobre limpeza de sangue, assunto já tratado pela historiografia do Brasil colonial. Com a leitura foi possível observar, por exemplo, que alguns familiares apesar de se casarem com mulheres do Maranhão e do Grão-Pará, essas mulheres eram, em muitos casos, filhas de pais que vinham do reino de Portugal, inclusive de locais da mesma origem do futuro noivo.

O trabalho de Marília Cunha entraria nessa pesquisa, a princípio, como a quarta fonte historiográfica de história das mulheres, porém como foi estabelecido na introdução e na metodologia desta pesquisa, busquei identificar obras que tratassem das mulheres como questão principal e não somente elementar. Na minha interpretação inicial e a partir da questão que escolhi lançar a esse mapeamento, entendi que a questão das familiaturas e dos casamentos ainda pode ser melhor elaborado para aguçar questões de gênero e história das mulheres, a partir de uma análise mais ampla das fontes e questões direcionadas ao papel das mulheres nesses casos.

Não foi intencional neste trabalho isolar apenas a figura feminina como única parte importante da historiografia a ser estudada, pelo contrário, tem-se certeza de que sem os anteriores avanços e sofisticacões dos estudos históricos não seria possível focar nesse tema com tantas bases historiográficas lançadas. Foi intencionado destacar, em

---

<sup>12</sup> Doutora em História dos Descobrimientos e da Expansão na Universidade de Lisboa. É investigadora do grupo de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia.

<sup>13</sup> SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. Casamento e Familiatura do Santo Ofício na Amazônia Colonial. In: ARENZ, Karl Heinz. LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda. (org.). Igreja e Religiosidade na Amazônia Colonial. São Paulo: Livraria da Física, 2021.



conjunto, esses estudos mais recentes para compreender também de que forma pesquisas anteriores ajudaram a compor uma base discursiva para historiadores trabalharem, então, com a história das mulheres.

Espera-se que até aqui tenha sido possível observar como mulheres se apresentam no decurso da história em facetas diferentes do que se é esperado geralmente, que observem que elas não são sempre a vítima ou a rebelde. Pelo contrário, foi possível observar como essas mulheres estão em diferentes locais da sociedade e como elas articulam relações sociais que demandam estratégias e interesses nesse campo em mutação que foi contínuo durante o processo de colonização da Amazônia Portuguesa. Em seu livro “Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”, Perrot comenta que “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes” (PERROT, 1992, p. 167). Com os textos analisados aqui se torna possível concordar com Michelle Perrot, pois variados são os casos em que as mulheres se apresentaram articulando poderes ou com poderes para terem aquilo que lhes compreendessem necessário para a vida na colônia. O interesse em buscar mais sobre as mulheres na historiografia faz com que novas questões sejam feitas, faz com que novas pesquisas sejam realizadas em busca de alargar o campo de conhecimento em torno da história das mulheres.

Ao decorrer da pesquisa e após orientação, observei que ao escolher como fontes apenas os trabalhos onde a mulher é figura central da análise, eu poderia estar correndo o risco de não apresentar trabalhos germinais sobre a representação das mulheres na Amazônia colonial, ainda que nestes trabalhos as mulheres estejam presentes em tópicos reduzidos em critérios de discussão historiográfica. Entretanto, entendo que todo trabalho parte de uma escolha para ser conduzido no início da pesquisa foi essa a escolha que fiz, porém, em pesquisa posterior, buscarei em outras fontes analisar quais os impactos dessas representações iniciais sobre a figura feminina para os trabalhos que são dedicados exclusivamente à trajetória de mulheres na colônia. Essa nova análise será feita na medida em que uma atualização for feita das minhas fontes, através de um novo levantamento bibliográfico.

É importante também apontar na conclusão deste trabalho que por uma questão de amadurecimento acadêmico e no ofício da pesquisa, o próximo trabalho produzido a partir deste, se compromete a fazer uma análise quantitativa dos dois tipos de fontes citadas acima, conforme as demandas do objeto estudado se mostrarem necessárias. Também irei aprofundar a discussão da análise do discurso, da arqueologia do saber e a noção de campo e poder simbólico. Trabalhar com os conceitos advindos dos estudos de



Foucault e Bourdieu estavam nos planos metodológicos para esta pesquisa, entretanto não foram exauridos e, portanto, servirão de ferramenta metodológica na continuação desta pesquisa.

**Data de Submissão:** 18.03.2024

**Data de Aceite:** 11.06.2024

### **Referências**

ARENZ, Karl Heinz. GAIA, Stefanie Leão. Mulheres Indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia Portuguesa (séculos XVII-XVIII). **Habitus**, Goiânia. v. 17, n.2, p. 394-413, 2019.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 3a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel. “A Operação Historiográfica”. In: CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Caminhos da história das mulheres no Amazonas. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (org.). **Historiografia Amazonense em perspectiva**. Manaus: Valer, 2020, p. 223-247.

PRADO, Luma Ribeiro. **Peticionárias: demandas de mulheres cativas na Amazônia Colonial Portuguesa (século XVIII)**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress., 2017, Florianópolis. (Anais Eletrônicos).

PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIORE, Mary Del, **A mulher na História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

REIS, Marcus Vinicius. Identidades de gênero, práticas mágico-religiosas e Inquisição na Amazônia Colonial (1763-1773). In: ARENZ, Karl Heinz. LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda. (org.). **Igreja e Religiosidade na Amazônia Colonial**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e sociedade**, V.15, n.2, jul/dez. 1990;

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

